

Gilberto Freyre:
da *Casa-Grande ao Sobrado*
Gênese e Dissolução do Patriarcalismo
Escravista no Brasil

Algumas Considerações

Mário Maestri

Sumário

1. <i>Casa-Grande & Senzala: A Formação do Patriarcalismo Brasileiro</i>	3
1.1. A revolução conservadora de <i>Casa-grande & senzala</i>	3
1.2. Cultura, meio e raça: a invenção do português.....	4
1.3. Meio, raça e cultura: a invenção do índio	6
1.4. Meio, raça e cultura: a invenção do judeu	7
1.5. Meio, raça e cultura: a invenção do negro	9
1.6. Meio, raça e cultura: a invenção do brasileiro	10
2. <i>Sobrados e Mucambos: A Dissolução do Patriarcalismo Brasileiro</i>	12
2.1. <i>Sobrados e mucambos</i> : continuidade e superação	12
2.2. Reafirmação da natureza do judeu.....	17
2.3. Reafirmação da natureza do índio	18
2.4. <i>Sobrados e mucambos</i> : a ciência racista de Gilberto Freyre	19
2.5. A agonia do patriarcalismo escravista	22
2.6. O paraíso escravista	23
2.7. <i>Sobrados e mucambos</i> : o fim de uma era.....	27

.....
O autor é doutor em história pela UCL, Bélgica, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: maestri@via-rs.net
.....

1 Casa-Grande & Senzala: A Formação do Patriarcalismo Brasileiro

1.1 A revolução conservadora de Casa-grande & senzala

Em 1933, com 33 anos, Gilberto Freyre publicava *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, expansão de sua tese de sociologia, apresentada dez anos antes na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Colúmbia – *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*.¹ Consagrado quase imediatamente, o livro transformou-se em interpretação semi-oficial do Brasil e certamente na obra nacional de maior repercussão. Em 2003, a 47ª edição de *Casa-grande & senzala* contou com apresentação respeitosa de Fernando Henrique Cardoso, autor de estudo sobre o escravismo sulino que participara, décadas antes, de campanha acadêmica contra a obra prefaciada.²

Casa-grande & senzala constitui livro de poucas e ralas idéias, não raro espichadas ao absurdo, sobretudo nas edições ampliadas, por escritor de mão santa. Apesar das fontes e temas inovadores, seu sucesso não se deveu à *démarche* metodológica, ao material antropológico, à apresentação histórica radicais. Atualmente, o livro sustenta-se principalmente como peça literária e depoimento cultural sobre a época de sua produção.

Gilberto Freyre garantiu-se meio século de incessantes homenagens e recompensas que, a bem da verdade, estendem-se ainda a sua descendência, precisamente por ter proposto solução funcional e orgânica à profunda enrascada

ideológica em que as elites brasileiras encontravam-se metidas em inícios dos anos 1930.

Em 1889, a República proclamara a igualdade, ao menos formal, dos brasileiros, fossem filhos dos latifundiários ou de seus trabalhadores. Introduzida no Brasil nos anos 1870, a propalada minoridade natural dos homens “negros” e “de cor”, defendida pelo “racismo científico” contribuíra na República para a justificação do domínio político oligárquico das elites brancas. A retórica racista republicana mostrara-se igualmente operacional ao apoiar a importação maciça de braços europeus para preencher os vazios deixados nos eitos do café, inicialmente pelo esgotamento demográfico da população escravizada e, a seguir, pela abolição da escravatura.

O nascimento do Brasil

A revolta dos marinheiros negros, em 1910; a fundação do PCB e o Tenentismo, nos anos 1920; a Revolução de 1930, etc. registraram o ingresso das classes sociais em um palco nacional em formação. As justificativas próprias a uma ordem rural, oligárquica e regionalizada chocavam-se com as necessidades das novas classes dominantes de gestão política e ideológica de nação industrial que começava a ser construída a passos largos.

Em inícios dos anos 1930, fortalecidos pelo domínio fascista da Itália e pela ascensão nazista na Alemanha, o determinismo geográfico e climático e o “racismo científico” vaticinavam um destino de inevitáveis fracassos para o Brasil, devido ao seu clima tropical e à sua população mis-

1 FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª. Edição. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sobre [sic] o regime da economia patriarcal. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. p. 48.

2 Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1962.

cigenada e afro-descendente.³ Na esteira do *Essai sur l'inégalité des races humaines, de 1853-5*, de Arthur de Gobineau, em 1896, em *Les sélections sociales*, Georges Vacher de Lapouge [1854-1936] pontificara sobre o Brasil: “[...] o Brasil constituirá sem lugar a dúvidas, daqui a um século, um imenso estado negro, a menos que não retorne, como é provável, à barbárie [...]”⁴.

Autores como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha⁵ propunham como única solução possível da desqualificação racial brasileira, a “arianização” do País, isto é, o melhoramento de sua qualidade “eugênica” através de escancaramento à imigração européia que impusesse ao País população branca e mestiça de branca. Essas idéias estapafúrdias, que justificavam a desigualdade social através da desigualdade natural dos homens, eram moeda corrente entre as elites em momento em que o operariado ensejava as primeiras e frágeis interpretações da sociedade nacional, a partir de visões unitaristas e universalistas.

Freyre levantava-se contra essa verdadeira pena “de morte” lançada contra “o brasileiro porque” era “mestiço e o Brasil porque” estava “em grande parte em zona de clima quente”.⁶ Sua interpretação sobre a formação social brasileira tinha rasgos aparentemente revolucionários. Retomando a lição de Roquete Pinto⁷, lembrava que a população nacional decaída não era produto da miscigenação mas de condições sociais e de meios perversos. Era necessário estudar a história nacional para compreender, explicar e, eventualmente, transformar o País.

Falando das dificuldades do Brasil, Freyre afirmava: “A pobreza de cálcio do solo brasileiro

escapa quase de todo ao controle social [...]; as outras duas causas, porém, encontram explicação na história social e econômica do brasileiro – na monocultura, no regime de trabalho escravo, no latifúndio [...]. São suscetíveis de correção ou de controle.”⁸ De forma igualmente inovadora, ressaltava a profunda determinação do passado brasileiro pelo escravismo, propondo, com sensível percepção, a existência de vasto espaço geográfico e social americano, do sul dos USA até, no mínimo, São Paulo, onde vicejara idêntica sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata.⁹

1.2 Cultura, meio e raça: a invenção do português

Freyre não rompeu com o discurso dominante. Procurando fazer da necessidade virtude, inverteu engenhosamente os pressupostos racistas e determinista geográfico e climático, para apresentar uma interpretação sobre a realidade nacional inspirada nas visões de mundo das elites nordestinas e profundamente funcional aos novos tempos “nacionais”.

Na sua leitura do passado, propôs a dominância de um clima e de um solo profundamente desfavoráveis ao desenvolvimento brasileiro, em oposição radical às qualidades climáticas e pedológicas excepcionais dos USA, que apontou como responsáveis pelo sucesso econômico que jamais bafejara o Brasil.¹⁰ Apenas devido à pobreza do clima, do solo e da população brasílica, o colonizador português – segundo Freyre, sem tradição agrícola – fora obrigado a substituir a de-

3 Cf. FREYRE. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 97.

4 “[...] le Brésil constituera sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable, à la barbárie”. LAPOUGE, Georges Vacher de. *Lés sélections sociales*. Apud VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: CEM, 1933. p. 185.

5 Cf. CUNHA, E. da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 4 ed. corr. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, Alves, 1911; VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. [1932]. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959; _____. *Evolução do povo brasileiro*, op. cit.

6 REYRE. *Casa-grande [...]*, op. cit., p. 97.

7 Cf. ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

8 REIRE. *Casa-grande [...]*, op. cit., p. 105.

9 Cf. id., ib., p.30.

10 Cf. id., ib., p.78.

sejada exploração comercial da nova colônia por colonização agrícola e sedentária, produto da inversão de grandes capitais e de energias privadas.

Na época da publicação de *Casa-grande & senzala*, era um axioma do “racismo científico” per-neta que a “raça européia” definhasse em região tropical, devido ao clima sufocante. – À exceção do português, produto de meio e civilização, metade africano, metade europeu – corrigiu prontamente o pernambucano. Para Freyre, nas “condições físicas de solo e de temperatura, Portugal” seria “antes África do que Europa”. Realidade que se teria consolidado devido ao hibridismo milenar da população lusitana, hibridismo reforçado pela posterior ocupação muçulmana da península.¹¹ Portanto, o português possuiria predisposições culturais, psíquicas e raciais únicas para a vida em clima quente: “Ao contrário da aparente incapacidade dos nórdicos, é que os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regiões tropicais.”¹²

O super-homem lusitano

Freyre propunha que outros “europeus, estes brancos, puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora [...]. O português não”¹³. Segundo o autor pernambucano, devido às “felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura”, o lusitano conseguira vencer “as condições de clima”, fundando, nas terras inóspitas tropicais americanas, uma magnífica civilização moderna.¹⁴ Por essas e outras *boutades* filo-lusitanas, a obra e seu criador seriam também cobertos de homenagens e recompensas pelo Estado português salazarista.

Porém, para o sociólogo de Apipucos, um pouco como o sorvete exposto ao sol, apesar das suas qualidades atávicas, ainda que menos do que

o homem nórdico, também o lusitano dissolvia-se ao empreender esforço físico no meio agreste e cálido. Assim sendo, para colonizar a América o “meio e as circunstâncias exigiriam o escravo”.¹⁵ Portanto, não seriam causas históricas econômicas e sociais mas, ao contrário, climáticas e geológicas a imporem a dura solução colonial, escravista e latifundiária. “As condições físicas da parte da América que toucou aos portugueses exigiam dele um tipo de colonização agrária e escravocrata.”¹⁶

E, para não deixar dúvidas sobre a obrigatoriedade “natural” da solução escravista e latifundiária, Freyre pontificava seguro: “Mas nenhum nos disse até hoje que outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português no Brasil.” E, a seguir, afirma, sob forma de pergunta, que a propriedade camponesa jamais tivera qualquer possibilidade real de sucesso no país: “Mas essas doações pequenas teriam dado resultado em País, como o Brasil, de clima áspero para o europeu e grandes extensões de terra?”¹⁷

Maldita saúva

Para Freyre, portanto, a raça, o clima e a fauna impediam definitivamente a exploração camponesa e livre do Brasil. “A saúva sozinha, sem outra praga, nem dano, teria vencido o colono lavrador, devorando-lhe a pequena propriedade do dia para a noite, consumindo-lhe em curtas horas o difícil capital de instalação; o esforço penoso de muitos meses”. Na primeira pessoa do plural, concluía a enunciação axiomática, exigindo ren-dição incondicional do frágil antagonista imaginário por ele construído: “Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir

11 Id., ib., p.72.

12 Id., ib., p.73.

13 Id., ib., p.74.

14 Id., ib., p.74.

15 Id., ib., p. 322.

16 Id., ib., p.285.

17 Id., ib., p.322-3.

aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu”.¹⁸

Enquanto o sociólogo pontificava sobre o fracasso do camponês hipotético no passado, havia mais de cem anos que camponeses alemães, italianos, poloneses, etc. frutificavam, com sucesso, no mundo real, pequenas glebas no sul do Brasil, trabalhando sob temperaturas no verão no mínimo iguais às da zona da mata pernambucana.¹⁹

Em *Casa-grande & senzala*, a ignorância sumária da feliz experiência camponesa no meridiano do Brasil, iniciada no distante ano de 1824, não é um caso isolado. Entretanto, ela, por si só, desmentia a pretensa incapacidade do europeu ao esforço físico em região quente e agreste, ou a inadequação do meio americano à pequena propriedade, uma das grandes traves de sustentação da interpretação do sociólogo.

O processo discursivo de Freyre assenta-se sistematicamente no desconhecimento sumário da evidência histórica, mesmo quando indecentemente explícita. Procedimento facilitado por interpretação sociológica dos fenômenos comumente à margem do tempo e do devir históricos.

Portanto, se, por sua natureza racial e cultural, o português não podia mourejar nas Américas, era necessário encontrar trabalhador capaz de garantir a transposição da civilização ocidental ao Novo Mundo, pelo trabalho duro, sistemático e feitorizado no agreste meio brasílico.

1.3 Meio, raça e cultura: a invenção do índio

Durante o longo capítulo “O indígena na formação da família brasileira”, Freyre dedica-se a justificar as razões que teriam inviabilizado a escravização ampla e continuada do homem ameri-

cano pelo colonizador lusitano, obrigando, assim, à introdução, na América portuguesa, do africano feitorizado. Sua interpretação desse fenômeno influenciaria fortemente as ciências sociais brasileiras, mantendo-se ainda em inúmeros manuais escolares e no superficial conhecimento brasileiro sobre o passado.

Para Freyre, o esforço português teria fracassado totalmente ao se mostrar o americano “molengão” inveterado, incapaz de aplicar-se ao trabalho sistemático, por determinações sobretudo culturais, visto ser difícil explicar a inadaptabilidade racial do homem da terra ao próprio meio geoclimático americano. Portanto, afirma o sociólogo: “[...] a cultura americana [...] era nômade, a de floresta, e não ainda a agrícola; que o pouco de lavoura [...] praticado por algumas tribos menos atrasadas, era trabalho desdenhado [sic] pelos homens – caçadores, pescadores e guerreiros – e entregue às mulheres [...]”.

Segundo Freyre, devido a essa realidade social, onde apenas as mulheres plantavam, as americanas teriam ficado “diminuídas” “na sua domesticidade pelo serviço de campo” – talvez por não tocarem piano como as sinhás dos engenhos! – “tanto quanto os homens nos hábitos de trabalho regular e contínuo pelo tipo de vida nômade”.²⁰

Logo, conforme ele, o tupi mostrara-se definitivamente imprestável à produção sistemática – “A enxada é que não se firmou nunca na mão do índio [...]”. O que não teria impedido a grande contribuição da mulher americana à formação da sociedade e da família brasileira. “Da cunhã é que nos veio o melhor da cultura indígena”.²¹ Contribuição que se daria, sempre de acordo com o autor pernambucano, através dos serviços prestados por ela aos portugueses no campo, na moradia e, sobretudo, no doce e

18 Id., ib., p. 323.

19 Cf., entre outros: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. rev. e amp. Passo Fundo: EdiUPF, 2001; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. *Montanhas que furam as nuvens! A colonização polonesa em Áurea. 1910-1945*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

20 Id., ib., p. 164.

21 Id., ib., p. 163.

quente aconchego da rede. Também no último caso, a natureza do colonizador português teria sido providencial.

O supermacho português

Atavicamente atraído pela mulher de “cor”, historicamente habituado à miscigenação, fogueado na sua fome sexual pelo clima abrasivo, o homem lusitano se teria aplicado com desbragado afincado ao embarrigamento de uma nativa que se entregava a ele com singular ardor, ferosidade e boa vontade.

Projeto estatal nascido da escassa população colonial, a militância genésica lusitana seria facilitada pelo fato de que a nativa, “estável” e “produtiva”, vivia em calor sexual jamais saciado por macho de fome erótica “reduzida” devido à vida “nômade” e “guerreira”. “[...] a vida mais sedentária e regular da mulher dotando-a de uma sexualidade superior à do macho, em uma desproporção que talvez explique o priapismo de muitas em face dos brancos”.²² Para os não informados, priapismo é qualquer coisa semelhante à “excitação sexual excessiva”. Portanto, para nosso bom sociólogo, o “índio” brasileiro não fora apenas molengão na enxada, ao fecundar a terra, mas sobretudo na rede, ao fecundar e, ainda mais, ao contentar sexualmente uma “índia” eternamente insatisfeita. Gobineau propusera de forma pioneira, a super-excitação sexual das raças negra e amarela.

Essencial ao nascimento da sociedade brasileira, esse movimento de miscigenação seria facilitado pela inexistência de preconceito de raça entre os portugueses, nascida sobretudo da ampla fusão racial que conhecera nos séculos anteriores à própria chegada à América, e não apenas quando da ocupação muçulmana da Lusitânia. Empurrando nessa direção, Freyre propunha: “Vê-se que, com relação aos judeus, como com relação aos mouros, foi grande a mobilidade em

sentido vertical, confundindo-se no casamento origens étnicas diversas”.²³

Assim sendo, o Brasil se formaria, “despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça”.²⁴ No combate e no extermínio do nativo americano pelo colonizador, fenômeno que, em geral, nega e minimiza, Freyre via apenas e somente oposição de fé: “É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente”.²⁵

1.4 Meio, raça e cultura: a invenção do judeu

Portanto, para Freyre, em oposição ao resto da América, as relações inter-raciais seriam exemplares no Brasil: “Nem as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio [...]. Suavizou-as aqui o óleo lúbrico da profunda miscigenação [...]”.²⁶ É outra tese central de *Casa-grande & senzala* que, através da história, o português tenha militado quando muito contra a diferença de “religião” e jamais contra a diversidade de “raça”. Vector da prática colonial lusitana, a ausência de preconceito racial teria se incorporado à “natureza” social brasileira, fecundando a nova “civilização”.

Na comprovação dessa proposta, por razões óbvias, Freyre refere-se longamente à situação do judeu em Portugal, conhecido rosário de sofrimentos infringidos diretamente pelo Estado ou indiretamente por uma plebe galvanizada por clérigos e nobres fanáticos, oportunistas e interessados.²⁷ Um rosário de crimes antijudeus que se desdobraria na sucessão de violências contra o cristão-novo de judeu, após a conversão forçada, determinada em dezembro de 1496, pela Coroa, fato histórico apresentado com singular leviandade: “Facilitou [sic] aliás D. Manuel I aos cris-

22 Id., ib., p. 170.

23 Id., ib., p. 306.

24 Id., ib., p. 91.

25 Id., ib., p. 269.

26 Id., ib., p. 231.

27 Cf. SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 21. ed. Portugal: Europa-América, 2001. p. 132.

tão-novos a naturalização, e, ao mesmo tempo, a aristocratização de seus nomes de família [...]”.²⁸

No relativo à situação do judeu em Portugal, o esforço desesperado do sociólogo em adaptar os acontecimentos históricos às suas visões tortas ensejou momentos de anti-semitismo explícito dignos do imaginoso Gustavo Barroso [1888-1959], autor de *Brasil: colônia de banqueiros*, de 1934, que via invariavelmente um judeu ardiloso e malévolo emboscado atrás de cada tropeção do passado brasileiro.²⁹

Conforme Freyre, ao modo da historiografia chauvinista lusitana, se houve alguma crisperação racial em Portugal, ela deveu-se apenas e somente à “reconhecida” – para ele – sem-cerimônia do israelita para com os pruridos e sensibilidades nacionais lusitanos. De acordo com sua interpretação, a reação, definida como limitada, em Portugal contra mouros e judeus surgiu apenas “quando a maioria [cristã] se apercebeu de que sua tolerância estava sendo abusada. Pelo menos pelos judeus”. Uma defesa dos valores nacionais compreensível, portanto.³⁰

Seres indelicados

Segundo Freyre, os “judeus haviam se tornado antipáticos menos pela sua abominação religiosa do que pela falta completa de delicadeza de sentimentos, tratando-se de questões de dinheiro com os cristãos”, ou seja, reação para lá de normal contra seres somíticos e execráveis. Assim sendo, contra “semelhante exclusivismo era natural que se levantassem ódios econômicos. Em virtude daquela ética ou moralidade dupla, prestaram-se os judeus de Portugal aos mais

antipáticos papéis de exploração dos pequenos pelos grandes”.³¹ “Em essência – declara o sociólogo – o problema do judeu em Portugal foi sempre um problema econômico criado pela presença irritante de uma poderosa máquina de sucção [sic] operando sobre a maioria do povo [...]”.³² Definitivamente, vampiros insaciáveis de uma pobre população inerme.

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre empreende verdadeira recapitulação das teses anti-semitas, como vimos, fortíssimas nos anos trinta. Sem qualquer respeito à informação histórica, apresenta como boa a moeda racista furada da incapacidade natural do judeu ao trabalho produtivo rural e urbano. Se o ibérico desdenhava o trabalho manual, a culpa era do judeu: “Concorreram os judeus em Portugal [...] para horror à atividade manual [...]”.³³ Se o lusitano explorava o cativo, a culpa era do israelita hispânico: “De modo que para o pendor português para viver de escravos parece ter concorrido o sefardim”.³⁴ A esquisita tese da perda da tradição agrária portuguesa era também explicada como resultado da *contaminação* hebréia: “Com relação a Portugal, deve-se salientar que seus começos foram todos agrários; agrária a sua formação nacional depois pervertida pela atividade comercial dos judeus [...]”.³⁵ Os pequenos produtores urbanos e rurais de origem moura e judaica constituíram parte essencial da frágil burguesia lusitana. Vivendo não raro havia séculos no país, apenas a discriminação e repressão reiteradas, implementadas pelas classes feudais dominantes, impediram a integração plena e doce dessas comunidades à nacionalidade portuguesa.

28 BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond. *Mouriscos e cristãos no Portugal quincentista*: Duas culturas e duas concepções religiosas em choque. Lisboa: Hugin, 1999. p. 20-5; FREYRE. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 308.

29 Cf. BARROSO, Gustavo. *Brasil: colônia de banqueiros*. 5 ed. São Paulo: CEN, 1936.

30 REYRE. *Casa-grande* [...], op., cit., p. 285 e 4.

31 Id., ib., p. 305

32 Id., ib., p. 305.

33 Id., ib., p. 309.

34 Id., ib., p. 307.

35 Id., ib., p. 310.

Socialismo dos bobos

A proposta do judeu incapaz de esforço produtivo, dedicado por “natureza” à exploração usurária do “cristão” era construção da Idade Média, requentada pelo anti-semitismo tardio europeu, sobretudo no viés nazista, vertente agressiva do “socialismo dos bobos”.

A visão “racista científica” da especialização “geográfica” do ser humano apoiava-se na teoria da transmissão biológica de caracteres adquiridos. Segundo Freyre, a aquisição de caracteres determinados pelo clima, solo, cultura, etc. era capaz de plasmar o indivíduo e, portanto, “de afetar a raça”.³⁶ A iconografia nazista sobrepôs, muitas vezes com perverso refinamento, imagens e caricaturas de judeus doentes e miseráveis a de aves de rapinas e animais roedores para fixar visualmente as suas macabras elucubrações sobre semi-homens com atributos de predadores.

Freyre traçou, com maestria literária, cenário onde práticas culturais perversas aderidas e transmitidas biologicamente através dos séculos, plasaram no judeu perfil e garras do predador sempre pronto a esfolar o cristão inocente. “Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar.”³⁷ Descrição de fazer Heinrich Himmler contorcer-se de gozo!

1.5 Meio, raça e cultura: a invenção do negro

Assim, para Gilberto Freyre, diante da incompatibilidade do português e, sobretudo, do nativo americano, não sobraria outro braço que o africano, esse sim, capaz de suportar o trabalho siste-

mático e duro em meio agreste e região quente. Ainda que Freyre proponha que essa vocação nascesse de maior nível cultural, pois plenamente agrícola, sua narrativa traça sem cessar o perfil de africano psíquica e biologicamente destinado à escravidão tropical. Como sugerira natureza “anacrônica” para o “brasil”, delineia natureza verdadeiramente “escrava” para o “negro”. Não raro, aproxima a força do “negro” à força do animal de trabalho. “Às exigências do novo regime de trabalho, o agrário, o índio não correspondeu, envolvendo-se em uma tristeza de introvertido. Foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa do negro [...]”. Um africano fonte exaurível de “reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal [...]”³⁸ É comum que a proposta de especialização biológica apresente-se, sem papas à língua, secundando o discurso culturalista: “Pode-se juntar, a essa superioridade técnica e de cultura dos negros, sua predisposição como que biológica para a vida nos trópicos.” “Sua energia sempre fresca e nova quando em contato com a floresta tropical”.³⁹

A interpretação de Freyre das razões da escravidão colonial possuía fortíssimo atrativo. Soterava-se aparentemente a explicação tradicional de cunho aristotélico do cativo nascido da inferioridade racial⁴⁰ sob a proposta da substituição do braço americano parido pela superioridade cultural e biológica africana. Se o negro havia sido inferiorizado, fora apenas devido à sua superioridade! Ao menos diante do “índio”!

Essa construção apologética, de cunho culturalista e racista, tão brilhante como sinuosa, manteve-se de pé, por um lado, devido à ignorância absoluta das evidências e conhecimentos históricos, sociológicos e antropológicos da época sobre as civilizações africanas e a escravidão do americano e, por outro, por expressar as necessidades ideológicas das classes proprietárias dominantes no País.

36 Id., ib., p. 377.

37 Id., ib., p. 305.

38 Id., ib., p. 229 e 163.

39 Id., ib., p. 370.

40 Cf. Aristóteles, *Política*. São Paulo: Atenas, 1957.

Na periferia da economia colonial, ali onde faltaram capitais para importar o custoso cativo africano – Maranhão, Pará, Mato Grosso, etc. –, a escravidão do nativo americano mantivera-se até mesmo além da Abolição, em cabal demonstração de que qualquer ser humano verga-se ao trabalho produtivo sistemático, sob o duro chicote do feitor, é claro.⁴¹

Genocídio americano

Em um quase descuido, o próprio Freyre lembrou que a razão profunda da transição do braço americano ao africano fora dizimação do “brasil” escravizado. Rarefação populacional que impediu a alimentação sistemática e ininterrupta da expansão da economia colonial, em geral, e açucareira, em especial, com o seu braço escravizado. “O trabalho sedentário e contínuo, as doenças adquiridas ao contato dos brancos [...] foram dando cabo dos índios [...]”. Uma população literalmente gasta, lembra Freyre, “em trabalho; em abusos; em serviço de transporte; gasta em passar como coisa ou besta das mãos de um a outro senhor.”⁴²

Constatação histórica que se chocava com a proposta paradoxal de que nenhum colonizador como o português pactuara e conservara, de forma tão ampla, as culturas e a civilização da terra que colonizara. “Ainda assim o Brasil é dos países americanos onde mais se tem salvo da cultura e dos valores nativos”.⁴³ Conservação da cultura e dos valores nativos no Brasil que se comprovaria, caso tivesse objetivamente se dado, no uso corrente e geral de línguas nativas, como ocorre habitualmente em outras nações como o Peru, Paraguai, Bolívia, Guatemala, etc., onde, no contexto de incessante repressão, mantiveram-se e mantêm-se valores culturais americanos.⁴⁴

Era, ainda, de conhecimento das ciências sociais da época que, como no mundo tupi-guarani,

a produção agrícola africana era igualmente tarefa essencialmente feminina. E isso não apenas no relativo ao mundo banto, sementeira inesgotável de trabalhadores escravizados introduzidos no Brasil. Também na África, a divisão sexual nas sociedades domésticas ensejava que o homem caçasse, pescasse e guerresse, enquanto a mulher dedicava-se, entre outras tarefas, às práticas horticuloras, também itinerantes, como no mundo tupi. Africanas que, se acompanhamos a visão de Freyre, se teriam masculinizado nas práticas agrícolas!

A grande superioridade da horticultura banto e africana em relação à americana não era devido ao trabalho masculino. Ela nascia do amplo domínio da metalurgia do ferro – tarefa masculina –, que permitia àqueles horticultores trabalhar com instrumentos de ferro, entre eles, diversos tipos de enxada. No restante, as práticas agrícolas americanas e africanas igualavam-se tendencialmente, contribuindo os homens, em geral de forma associada, à abertura e limpeza das clareiras nas matas e responsabilizando-se as mulheres pelas demais tarefas do cultivo e da colheita.⁴⁵

1.6 Meio, raça e cultura: a invenção do brasileiro

O esquema construído por Freyre era simples. O clima e o solo americanos agrestes exigiam necessariamente a exploração latifundiária e escravista, ao impedirem qualquer valorização camponesa apoiada em braço europeu naturalmente inabilitado ao trabalho nos trópicos. Produto de meio híbrido e de séculos de miscigenação, o português mostrava-se como o único europeu capaz de transportar a civilização ocidental aos trópicos, caso se apoiasse em braço cultural e biologicamente capaz de suportar o esforço em terra

41 Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

42 FREYRE, op. cit., p. 227 - 8.

43 Id., ib., p. 231.

44 Cf. CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

45 Cf. MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1978.

e clima inóspitos. Inabilitado à produção agrícola sistemática, o americano fora deslocado no duro trabalho da plantação escravista pelo africano, ao contrário dele, cultural e biologicamente destinado ao esforço pesado em clima tropical e meio florestal.

O encontro feliz do português, destinado, pelo nascimento, ao mando, com o africano, destinado, biológica e culturalmente, ao trabalho duro, ensejou a fundação e aclimação da civilização luso-ocidental nas ingratas terras da América que lhe couberam. Terra e clima rústicos que determinaram que essa sociedade nascesse necessariamente latifundiária e escravista.

Porém, se as condições do meio impunham caráter despótico à organização social, necessariamente latifundiária e escravista, a ausência no lusitano de preconceitos de raça e de cor e sua tendência atávica à miscigenação desbragada abrandaram as trocas entre escravizadores e escravizados, ensejando relações essencialmente patriarcais. “Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor [...] que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas [...]”.⁴⁶

Doce escravidão

Freyre definiu o passado brasileiro como “processo de equilíbrio de antagonismos” entre os quais “o mais geral e o mais profundo” era o existente entre “o senhor e o escravo”.⁴⁷ No mesmo sentido, propôs que essa contradição fora amorte-

cida pelas “condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil”.⁴⁸ Incentivada pela falta de braços, a copulação voraz do português com mulheres nativas e africanas, tendência atávica e exacerbada pelo clima, teria contribuído para produzir sociedade essencialmente patriarcal onde, não raro, os escravizados eram os grandes privilegiados, se não os senhores de fato.

Nascido da transigência-adaptação entre amos e cativos, a ordem patriarcal teria primado pela doçura, termo de que Freyre se serve amiúde para descrever a escravidão brasileira. “[...] salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América.”⁴⁹

A conclusão geral de Freyre era, portanto, lógica. O português femeeiro inveterado iniciara nas Américas civilização concluída e sintetizada em seus detalhes em torno da *casa-grande* pelo indolente engenheiro nordestino, mais pai-protetor do que patrão-explorador do negro escravizado.

Com o uso criativo do único material humano capaz de realizar a empreitada – o português, nascido para o mando; o negro, destinado ao trabalho –, os valores ocidentais teriam sido aclimados na América, gerando sociedade patriarcal embebida nos princípios da transigência racial e social. Assim, sem negar a ciência racista de então e reafirmando a hierarquia social da época, promovia “o brasileiro”, de ser racialmente impróprio ao desenvolvimento, no tipo talvez “ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia [...]”.⁵⁰

46 FREYRE. *Casa-grande [...]*, op. cit., p. 70.

47 Id., ib., p. 116.

48 Id., ib., p. 114.

49 Id., ib., p. 435.

50 Id., ib., p. 110.

2 *Sobrados e Mucambos*: A Dissolução do Patriarcalismo Brasileiro

2.1 *Sobrados e mucambos*: continuidade e superação

Publicado em 1936, *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano⁵¹ é uma história sobre o início do fim do mundo. Ou melhor, sobre o início do fim de um mundo, isto é, da crise da sociedade escravista, latifundiária, açucareira e patriarcal nordestina, que Freyre se propusera a descrever, em seus rasgos genéticos e estruturais, em *Casa-grande & senzala*.

Há continuidade umbilical entre as duas obras. Em verdade, *Sobrados e mucambos* não apenas prossegue como retoma, reafirma e afina diversas afirmações axiológicas propostas ou esboçadas em *Casa-grande & senzala*. Em muitos sentidos, essa obra supera o clássico inaugural do sociólogo pernambucano. Entretanto, *Sobrados e mucambos* foi livro de escasso sucesso. *Casa-grande* alcançou, rapidamente, dezenas de edições e múltiplas traduções, enquanto sua continuação seguia, e até certo ponto segue ainda nos nossos dias, empacada. Apenas em 1951, quinze anos após seu lançamento, o livro conheceria uma segunda edição.

Em 1980, no prefácio à sexta edição de *Sobrados e mucambos*, o próprio autor ensaiou explicação, bastante impressionista, sobre a pouca receptividade dessa sua criatura. *Casa-grande & senzala* seria livro “carismático”, o que não ocorreria com as duas obras seguintes da trilogia. O pouco sucesso de público de *Ordem e progresso*, conclusão

tardia e bastante estranha aos dois primeiros volumes da tríade, foi e é ainda mais radical.⁵² Para profissionais e amadores, *Casa-grande & senzala* segue sendo trabalho isolado.

São várias e complexas as razões do insucesso relativo de *Sobrados e mucambos*, em relação à *Casa-grande & senzala*. Possivelmente, entre elas encontra-se o fato de que a segunda grande obra de Freyre explicitou poderosamente o lado pior e o lado melhor da visão do autor sobre a antiga formação social brasileira, apresentada na obra introdutória.

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre tenta inutilmente traduzir conceitualmente as descrições quase pictóricas que traça do mundo escravista, sobretudo urbano, do século XIX. Mesmo ao leitor menos atento, fica clara a indignação analítico-categorial da obra, num verdadeiro aprofundamento da indignação metodológica já explicitada em *Casa-grande & senzala*. Hiato que o autor procurou superar, introduzindo capítulos novos nas edições sucessivas, sobretudo de cunho metodológico, tais como “Raça, classe e religião”; “Escravo, animal e máquina” e “Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal”.

Sobrados e mucambos impõe-se sobretudo como descrição envolvente do universo abordado, apoiada no uso imaginoso de diversidade de fontes primárias sequer imaginada pelas ciências sociais da época: diários; iconografia; folclore; tradição oral; arquivos pessoais; papéis de velhos

51 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936. 405 p.

52 FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república. [1959] 4. ed. São Paulo: Record, 1990.

engenhos; documentação notarial; anúncios de jornais; inventários *post-mortem*; teses de escolas de medicina; depoimentos de viajantes; literatura oitocentista; anúncios de cativos fujões; etc.

Revolução nas ciências sociais

Casa grande & senzala impusera-se, em boa parte, pela qualidade excepcional e revolucionária da linguagem. A harmônica correspondência entre um texto literalmente desbragado e a interpretação erotizante do passado brasileiro gerara algumas das mais perfeitas páginas da literatura brasileira. Na obra, desdobrando-se como sociólogo, historiador, antropólogo e lingüista, empreendera, também de forma pioneira, inovadores recortes temáticos do passado brasileiro, entre os quais destaca-se a sua preocupação com a história da arquitetura, que seria aprofundado de forma magistral, em *Sobrados e mucambos*.

Igual destaque merece a proposta do necessário estudo das línguas faladas na Colônia e no Império, e as influências que exerceram no português do Brasil. Proposta que permaneceu domínio dos estudos lingüísticos, não sendo até hoje verdadeiramente retomada pelas ciências sociais nacionais, sendo muito raro que uma história geral do Brasil possua um capítulo dedicado à questão. Na primeira pessoa, Freyre constrói igualmente *Sobrados e mucambos*, servindo-se de linguagem conscientemente recheada de “africanismos, amerindianismos, plebeísmos” – budum, catinga, inhaca, molecotes, papa-jantares, pretalhada, ranzinza – e plena de manipulações livre do léxico – columinzinho, merendar, familismo, etc. Uma linguagem sensual e desabusada, dominada por preciosismos vocabulares e retidão sintática na qual são comuns hipercorreções, sobretudo quanto à colocação pronominal.⁵³ Linguagem que se adapta – como chinelo usado ao pé do velho dono – à descrição saudosa e intimista que empreende do começo do fim de um mundo

pleno de aristocratas ranzinzas, sinhás rechonchudas, bacharéis de cartola, negros boleiros de fraque e pés descalços.

Próximo à memorialística, *Sobrados e mucambos* constrói-se com incessantes e longas citações da documentação, jamais modernizadas. Nessa narrativa fluvial, no relativo ao texto e às notas, abrem-se parênteses na ação discursiva, não raro concluídos após longas digressões sobre assuntos tangenciais à questão tratada. É como se a narrativa seguisse o mesmo passo lento do mundo patriarcal apresentado em seus estertores.

Em *Sobrados e mucambos*, a liberdade quase indecente quanto às fontes, à linguagem, aos temas e às técnicas de narração, retomadas e aprofundadas de *Casa-grande & senzala*, constituíam agressão direta a uma sociologia analítica que, nos anos 1950-60, procurava assegurar-se respeitabilidade científica em boa parte por meio de linguagem e narrativa tecnocráticas.

A função social da guerra na sociedade tupinambá, de Florestan Fernandes, é exemplo excelente dessa produção sociológica em construção que tinha como grande paradigma o rigor metodológico, a precisão conceitual e a aridez narrativa. Em 1980, Freyre definiu depreciativamente essa linguagem como “sociologês”, “antropologês” e “economês”.⁵⁴

Senhores de hoje e de ontem

Sobrados e mucambos constitui sentido e poderoso elogio à sociedade escravocrata nordestina, em geral, e ao senhor de engenho, em especial, apresentado como magnífico Prometeu da civilização luso-brasileira, elogio produzido por escritor e pensador genial, social e ideologicamente identificado com uma civilização que se esvaía, nas suas últimas e tardias contorções, diante de seus olhos tristes. Freyre define o mundo dos grandes escravistas, em geral, e nordestinos, em especial, como espécie de paraíso para sempre

53 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 2. decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. XXX, 7, 199, 203, 218, 197, 277 *et passim*.

54 Cf. FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Museu Paulista, 1952. FREYRE. *Sobrados* [...], *op. cit.*, XXX.

perdido. Com emoção e carinho, relata como viviam, como bebiam, como se banhavam, como amavam; registra as superstições, as crenças, as lendas, as idiossincrasias, sobretudo dos senhores, sinhás, sinhozinhos, das casas-grandes rurais e, principalmente, dos sobrados urbanos do século XIX.

Nesse empreendimento quase sagrado, serve-se das suas recordações pessoais, de menino e adolescente, nos engenhos e sobrados de familiares e conhecidos, das histórias ouvidas na meninice de velhos trabalhadores domésticos, ou relatadas por confidentes ilustres, certos da boa obra do depositário.⁵⁵ No prefácio à sexta edição, refere-se à sua “meninice de neto de gente, além de patriarcal, rural, com sobreviventes, na convivência doméstica ou familiar, de escravos [sic] ou de servos [sic] nascidos nos dias da escravidão [...]”.⁵⁶

Em *Sobrados e mucambos* são comuns narrativas com cheiro e gosto de futricas senhoriais sobre vizinhos e parentes malquistos, com frequência generalizadas como tendências sociológicas: “Raras as casas com lençóis de cama sujos ou encardidos; só mesmo, talvez, aquelas onde faltasse dona de casa ou mucama vigilante, como o casarão de Noruega do Capitão-Mor Manuel Tomé de Jesus quando já viúvo, velho e quase caduco.”⁵⁷

Freyre lembra que crescera “ouvindo histórias da negrinha Isabel e aprendendo palavrões com o malungo Severino e ouvindo da negra velha Felicidade, outrora escrava de minha avó materna [...] suas experiências dos dias antigos.”⁵⁸ Porém, como em *Casa-grande & senzala*, o sociólogo refere-se apenas muito rapidamente aos depoimentos e memórias de cativos, apesar de escrever há quatro décadas da Abolição, em época em que viviam ainda dezenas de milhares de homens e mulheres que haviam sofrido o cativeiro. Já em *Ca-*

sa-grande, ao discutir suas fontes, Freyre referiu-se apenas *en passant* aos velhos cativos entrevistados nos engenhos nordestinos que visitou. Esse fato assumiria ainda maior gravidade ao tratar o século dezenove e a crise final da escravidão, em *Sobrados e mucambos*. Como recém-assinalado, há poucas décadas da Abolição, o sociólogo guardou-se de propor o registro sistemático do depoimento direto, e certamente ácido, dos protagonistas que haviam “sofrido” o passado que narrava.

Livros de receitas

Suficientemente sensível para recolher antigos livros de receitas⁵⁹, Freyre não empreendeu a coleta direta do depoimento dos milhares de ex-cativos ainda vivos antes e após a publicação de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, o que faria apenas, e muito tangencialmente, no tardio *Ordem e progresso*. E isso apesar de abundarem iniciativas semelhantes nos USA, certamente de seu conhecimento.⁶⁰

Explicar essa lacuna como devida ao mero esquecimento seria cometer grave injustiça para com a enorme sensibilidade do pernambucano em descobrir fontes não exploradas pelas ciências sociais brasileiras da época. É mais pertinente supor que a única voz profunda e sentida que queria fazer ouvir sobre o passado que se esvaía era a dos senhores de engenho e grandes escravistas, consciente do caráter necessariamente divergente da palavra dos antagonistas sociológicos dos “heróis” da sua hagiografia histórica.

A contradição entre autor e narrador é determinação essencial nas ciências sociais. Na narrativa histórica, sociológica e antropológica, o autor deve preocupar-se com que o narrador sobreponha-se a suas idiossincrasias de berço, de sexo, de raça, de nacionalidade, etc. A luta pela superação das inevitáveis deformações de ótica analítica

55 Cf. FREYRE. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 198.

56 Id., ib., p. XXX.

57 Id., ib., p. 224.

58 Id., ib., p. XXX.

59 FREYRE. *Açúcar*: algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

60 Cf. MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.

devido ao olhar subjetivo do autor é ainda mais determinante quando anima, por meio da voz do narrador, personagens plurais e plurilíngües como os protagonistas que povoaram numerosos a história da antiga formação social brasileira.⁶¹

Em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, na forma e no conteúdo, o narrador oculto e o narrador explícito de Freyre descrevem a formação e a agonia da família patriarcal brasileira sob a escravidão de um ponto de vista único e quase exclusivo, quanto à classe, à raça e ao sexo. Nessas duas narrativas, o “nós” singular do autor chega a fundir-se com o “nós” plural, que funde o narrador e o leitor putativo. Ao falar de “nossas avós coloniais”, o texto aponta “automaticamente” as sinhazinhas da casa-grande e jamais as cativas da senzala de dentro e de fora, de longe, mais numerosas no mundo reconstruído.⁶²

Nós – brancos e proprietários

São inúmeras e “normais” as referências à “escrava ou sinhama que nos embalou”, “nos deu de mamar”, “nos deu de comer”, da “mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé”, que “nos transmitiu” “a primeira sensação completa de homem”.⁶³ Freyre divide o mundo que constrói entre o “nós”, “que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família” e os outros, os “moleques e mulatas” que teriam sido “o elemento passivo.”⁶⁴ A idéia do descendente do morador da casa-grande como leitor natural da narrativa fixa a subalternização permanente, pelo autor-narrador, do morador da senzala que jamais se eleva ao *status* de protagonista de mundo que plasmou com seu trabalho e luta.

Em *Casa-grande e Sobrados*, Freyre jamais assume a ótica narrativa daqueles que embalaram, que deram de mamar, que tiraram bicho-de-pé ou foram possuídas, com menor ou maior violência, nas casas-grandes e sobrados, por seus senhores, maiores ou menores. Jamais veste realmente a

pele do cativo rural labutando no eito doloroso do açúcar ou perambulando pelas ruas atrás do serviço que lhe permitia completar o ganho a ser entregue ao escravizador.

O índio caçado, o cativo estafado, a negra violada, o moleque maltratado, o judeu injuriado são o “outro”, ao qual o narrador se refere, sempre, do ponto de vista exclusivo do filho macho enfezado, do patriarca safado, do bacharel pernóstico da plutocracia açucareira nordestina. Uma opção metodológica que se materializa igualmente na erotização extremada das relações sociais escravistas que nega radicalmente o trabalho e a resistência do trabalhador escravizado como vetores da construção do mundo relatado, como veremos a seguir.

Definitivamente, as mais de um milhar de páginas de texto e de notas das duas versões finais das obras magnas de Freyre, tão ricas em detalhes intimistas sobre os fatos das salas e alcovas das casas-grandes e dos sobrados, jamais abrem uma fresta grossa através da qual se vislumbra e se materializa a real pulsação da vida na senzala, nos mucambos e nos porões e sótãos dos sobrados do Brasil escravista.

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre traduziu, com maestria, para a linguagem sociológica destrambelhada de sua época, a visão de mundo do engenheiro que, na varanda da casa-grande, balançando-se na rede com apenas um pé apoiado no chão, olhava complacente os negros que voltavam do eito para a senzala, as costas curvadas por um dia de trabalho estafante. Em *Sobrados e mucambos*, fez o elogio pungente da dissolução desse mundo diante das novas classes dominantes em ascensão.

Necrológico sensível

O sensível necrológico de Freyre principalmente do mundo senhorial escravista nordestino – são poucas as referências ao patriarcalismo no

61 Cf. BAKHTINE, Mikhail. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1999. p.113-4: traduzimos.

62 FREYRE. *Casa-grande*, op. cit., p. 299.

63 Id., ib., p. 367.

64 Id., ib., p. 432.

Sul e no Centro-Sul e o discurso sobre os mucambos e seus habitantes ocupa lugar menor no livro – explica o fato de que *Sobrados e mucambos* supere definitivamente *Casa-grande & senzala*, seu irmão mais velho, cada vez mais alquebrado pelo passar dos anos nas suas generalizações sociológicas, instância axial daquele trabalho.

Sobrados e mucambos constitui lamentação pungente que reconstrói, em forma apologética, é certo, cenários da civilização que dominou três séculos do passado brasileiro. Como já lembrado, o livro constitui uma espécie de correspondência sociológica do maravilhoso ciclo da cana-de-açúcar, no qual José Lins do Rego constringe a alma dos leitores ao descrever ficcionalmente a agonia do mundo dos desapiedados engenheiros diante da voracidade dos engenhos centrais. Porém, nesse ciclo, ao contrário do sociólogo, o ficcionista abre amplo espaço às classes subalternizadas, ainda que não as transforme, jamais, em eixo da saga encenada.⁶⁵

A louvação de Freyre em *Sobrados e mucambos* do mundo escravista nordestino foi concluída, quando a oligarquia rural, descendente direta daquele universo, era escorraçada do centro do cenário político e social brasileiro por interesses industrialistas que recentemente inauguravam o novo reinado, não raro com a tradicional rudeza dos plebeus apenas enobrecidos. Na obra, aponta explicitamente como uma das razões do fim da civilização patriarcal a hegemonia da produção escravista cafeeira do Centro-Sul, que desqualifica devido ao caráter que define pejorativamente como “industrial”. Nesse trabalho, o sociólogo pernambucano refere-se a cativos do Nordeste que temiam ser vendidos para as “fazendas de São Paulo” e as “minas” do Brasil Central, devido ao rigor da “escravidão industrial” e o caráter desapiedado de “senhores pobres” ou com “fortuna apenas no começo.”⁶⁶

Compreende-se, portanto, que o sociólogo tenha despertado a má-vontade, sobretudo das ciências sociais paulistas, envolvidas na glorificação do cafeeiro, em geral, e do plantador do Oeste paulista, em especial, como o grande demiurgo do maravilhoso novo mundo capitalista que se propunha ter nascido das cinzas da escravidão decrepita.⁶⁷

Sobrados e mucambos é livro, em todos os sentidos, precursor, que começou apenas a obter o reconhecimento merecido no fim do milênio passado, processo de legitimação facilitado, temos que reconhecer, pela crise da compreensão das ciências sociais como explicitação das razões tendenciais profundas das sociedades pretéritas, e o conseqüente prestígio de visões subjetivistas e irracionalistas do passado.

História íntima

Ao aprofundar e radicalizar algumas propostas esboçadas em *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* foi livro inovador em inúmeros campos. Entre eles, destacam-se duas grandes *démarches* metodológicas contemporâneas: a proposta de uma história da sexualidade, da cultura, da vida cotidiana, etc. – para o autor “história íntima do brasileiro”⁶⁸ – e a visão da dominância do consenso interclassista sobre a resistência servil na escravidão colonial.

Escritas nos anos 1930, as páginas de Freyre sobre a vida cotidiana, sobretudo das classes senhoriais, alcançaram tensão poucas vezes repetidas três décadas mais tarde. Seus minuciosos painéis abordam aspectos múltiplos e não raro inesperados, como a história do gosto, do gesto, do paladar, do abraço, do sapato, etc. dos senhores, ou, de forma ainda mais desabusada, da magia, do pé, do pênis, etc. do mulato e do negro. Temas exóticos apresentados como inovação radical da “nova” historiografia francesa, trinta anos após

65 Cf. MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. p. 146.

66 FREYRE. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 178.

67 Cf. MAESTRI. Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil. CEM-RS. *Luç e sombras*: ensaios de interpretação marxista. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997. p. 237- 50.

68 FREYRE. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 515.

serem longa e imaginosa explorados em *Sobrados e mucambos*.

No mesmo sentido, a proposta de *Sobrados e mucambos* da dominância da acomodação dos escravizadores e escravizados, como vetor da construção de passado escravista consensual e feliz, é hoje limpidamente dominante na historiografia da escravidão, principalmente brasileira e norte-americana.⁶⁹ Fato que se dá comumente sem que os epígonos contemporâneos do velho mestre reconheçam a filiação, dedicando, quando muito, um elogio, em geral, oblíquo e envergonhado a ele.

Para Freyre, o cativo terminava impondo, com frequência, sua vontade até no que diz respeito aos gostos e concepções mais íntimas do senhor: “[...] foi possível ao africano, através da diplomacia, da astúcia, da resistência melíflua com que o oprimido em geral se defende sutil e femininamente do opressor, comunicar ao senhor brasileiro o gosto por muitos dos seus valores”.⁷⁰

Um desdobramento dessa ótica analítica é a também despreocupação de Freyre – igualmente forte na historiografia contemporânea – com a resistência do trabalhador escravizado, tratada, quando muito, rapidamente e em geral sob uma ótica culturalista, apesar da imensa documentação que possuía sobre o tema. “[...] quase sempre terem sido os escravos revoltados contra seus senhores, no Norte, negros da África – principalmente os de áreas tocadas pela influência maometana – e não crioulo ou ‘brasileiros’”.⁷¹ Nesse aspecto, é igualmente atual seu encançamento contra as ciências sociais marxistas que o perseguiram sempre, mordendo incessantemente os calcanhares expostos de sua louvação das elites nordestinas, ciências sociais adjetivadas por ele como “sectárias” e “rígidas” e “comunista-marxista”.⁷²

2.2 Reafirmação da natureza do judeu

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre retoma, e não raro aprofunda, os grandes princípios interpretativos de *Casa-grande & senzala*, com destaque para o “determinismo racial, geográfico e climático”. Nesse sentido, sobretudo quando da análise da contribuição de hebreus à formação social brasileira, prosseguem numerosas as referências anti-semitas do trabalho anterior. *Sobrados e mucambos* foi escrito e publicado em meados dos anos 1930, quando as visões irracionistas anti-semitas eram consagradas pelo poder ascendente da Alemanha nazista. Especialmente, nas páginas iniciais do livro, são quase obsessivas as referências aos judeus, associadas comumente a conceitos e expressões semanticamente negativas, em geral “colados” aos estereótipos anti-semitas então e hoje correntes – “comerciante”, “esperteza”, “gatunice”, “intermediário”, “magnata”, “parasita”, “usura”, “velhacaria”, etc.

No mesmo sentido, Freyre refere-se a pretensas organizações conspirativas judaicas nacionais e internacionais, tema igualmente recorrente do anti-semitismo nos anos 1930. O sociólogo cita igualmente sem maiores explicações espécie de conspiração historiográfica realizada por “historiadores judeus mais ou menos apologéticos de sua raça” e a “maçonaria” ou “sociedade secreta” internacional, do passado, orientada por “interesses comerciais, ligados aos de religião ou de raça perseguida [...]”.⁷³

Freyre retoma a proposta de judeu “errante” e “apátrida”, “parasita” incapaz de trabalho “produtivo”, de fisiologia determinada pela vocação natural à exploração alheia, proposta em *Casa-grande & senzala*.⁷⁴ Em *Sobrados e mucambos*, reafirma-se que também no Brasil teria imperado o “horror tradicional e ‘canônico’” geral do judeu,

69 Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

70 FREYRE. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 290.

71 Id., ib., p. 526.

72 Id., ib., p. 103, 490, 494.

73 Id. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 7, 10, 11, 12, 13, 19, 20, 33, 34, 35, 40 *et passim*.

74 FREYRE. *Casa-grande [...]*, op. cit., p. 305.

à “terra”, que o orientaria, sempre, para a “aventura comercial”.⁷⁵ Para o sociólogo, o judeu, no Brasil colonial não teria sido “um grande criador de riqueza e de vida nacionais ou subnacionais”, como o “português dessa primeira fase da formação do Brasil”. Nesse sentido, não teria realizado obra igual a “Duarte Coelho e dos seus colonos” que, ao contrário, teriam aberto – “claros enormes no mato virgem e levantaram engenhos, casas-fortes, fortalezas”, deitando “raízes na terra”. Portanto, o “judeu” não teria tido “essa grandeza de criador, com um sentido profundo de permanência a animar-lhe o esforço”.⁷⁶

É claro o esforço de Freyre em realizar faxina étnica que absolvesse a classe dos engenheiros nordestinos do pecado nefando de ter suas raízes genéticas conspurcadas pelo cruzamento com famílias de “cristão-novos de judeu” portuguesas. Cristão-novos de judeus que escaparam numerosos das perseguições da Inquisição no Reino para virem para o Brasil, onde seus cativos abriam “claros enormes no mato virgem”, para levantar engenhos, como todo o bom escravista português de então.

Um esforço que violenta explicitamente toda a farta informação histórica disponível, que comprova *ad nauseam* a contribuição judaica na formação da classe dos grandes engenheiros nordestinos, documentação conhecida e, freqüentemente, o que é ainda mais paradoxal, citada pelo próprio Freyre, em *Casa-Grande & senzala*, em *Sobrados e mucambos* e em outras obras.

2.3 Reafirmação da natureza do “índio”

A inadaptabilidade cultural do *brasil* ao esforço produtivo sistemático e sua incapacidade

de autogovernar-se foram teses germinais de *Casa-grande & senzala*, de claro corte racista, comumente apresentadas sob viés culturalista. Em torno dessas propostas, na defesa da qual Moysés Vellinho distinguiu-se no Rio Grande do Sul⁷⁷, Freyre teceu, naquele trabalho, longuíssimas considerações, atualmente desprovidas de qualquer *status* científico. Apesar disso, especialmente a primeira proposta mantém ainda hoje vasto *status* historiográfico, principalmente nos manuais escolares.

A explicação da inadaptabilidade do “americano” ao trabalho sistemático e à autodeterminação proposta pelo autor tornava o nativo anacronismo histórico, destinado ao desaparecimento ou à absorção forçada. Essa tese esdrúxula permitiu que Freyre “contornasse” a necessária referência à constrangedora destruição das comunidades americanas do litoral, escravizadas nos primeiros anos da colonização, fenômeno que antecedeu e, finalmente, financiou, o início da importação sistemática de africanos escravizados, nos anos 1560-70.⁷⁸

Em *Sobrados e mucambos*, retoma-se sem variações a tese de *Casa-grande & senzala* do homem americano incapaz do trabalho agrícola sistemático e do autogoverno em comunidades não-tribais, o que, segundo o sociólogo, tornaria a escravidão do africano – “um homem [...] tropical” – necessidade para o desenvolvimento da América lusitana, no contexto da também defendida incapacidade do português de forcejar fisicamente em regiões quentes.

Nesse aspecto, ao abordar a época imperial, Freyre repete, novamente, sem vacilação, a proposta do empecilho “climático” da colonização europeia do norte do Brasil, à qual associa, como lhe é contumaz, outros fenômenos. Tese essa que domi-

75 FREYRE. *Sobrados [...]*, op. cit., p. 12.

76 Id., ib., p. 13.

77 MAESTRI, Mário. *Moysés Vellinho e as virtudes da raça branca*. MAESTRI. *Deus é Grande [...]*, op. cit., p. 197-203.

78 Sobre a escravidão do americano, ver, entre outros: MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro*. [século XVI]. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1995; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; VAINFAS, Ronaldo. *A beresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; SCHWARTZ. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

na igualmente a superficial cultura sociológica e histórica nacional sobre o passado brasileiro.

Sobre o não-estabelecimento de colonos europeus no Nordeste, Freyre escreve: “[...] sob condições de clima mais favoráveis aos brancos que as do Norte do Império, e dentro de leis de terra ou de propriedade menos favoráveis aos latifúndios [...], teriam as alterações técnicas importado em maior substituição de trabalhadores escravos por homens livres e até na introdução [...] de colonos europeus [...]”.⁷⁹ Freyre prossegue explícito sobre a incapacidade do americano ao trabalho produtivo sistemático: “Daí, sem dúvidas, o empenho dos mesmos ameríndios em repudiar o trabalho agrário como próprio só dos verdadeiros negros. Na verdade, essa espécie de trabalho repugnou desde cedo ao nomadismo dos nativos desta parte da América, incapazes como eram, de se fixarem em esforços demorados e sedentários.”⁸⁰

No mesmo sentido, não economiza palavras sobre a incapacidade dos homens nativos de auto-administrarem-se, no contexto de ordem social mais complexa que a “tribal”. “Em geral, o problema encarado na sua crua realidade forçou os administradores portugueses do Brasil a modificarem a idéia de administração das aldeias ou vilas indígenas pelos próprios indígenas [...]”.⁸¹ Uma incapacidade que se aprofundaria quando o americano conhecia a autoridade paternal ou despótica do europeu:

Os indígenas recém-atraídos à sociedade portuguesa e à cultura cristã não tinham a capacidade para se governarem [...]; enquanto os já habituados aos excessos de tutela paternal dos Jesuítas e de outros padres eram simples crianças grandes tão incapazes de se administrarem a si próprios como os criados à sombra feudal daquelas casas-grandes [...].⁸²

2.4 *Sobrados e mucambos: a ciência racista de Gilberto Freyre*

A proposta da adaptabilidade relativa do português ao mundo tropical, em relação ao homem do resto da Europa, é tese retomada de *Casa-grande & senzala*, sem maiores variações de forma e conteúdo: “Sem a plasticidade do português, sem aquele seu jeito único, maravilhoso, para transigir, adaptar-se, criar condições novas e especiais de vida, o holandês viveu aqui uma vida artificialíssima, importando da Holanda tudo que era comida [...]”.⁸³

Há também continuidade linear na defesa de imensa abertura racial da cultura lusitana, que teria sido intransigente apenas na questão religiosa, tese axial na proposta do autor do efeito apaziguador da miscigenação racial nas contradições de *classe* e de *raça* no Brasil: “Nem a colonização portuguesa do Brasil [...] se fez sobre outra base: a da importância capital ser a do *status* religioso e não a do de *raça*; a do *status* político e não a do de cor.”⁸⁴

Portanto, os princípios deterministas climáticos, geográficos e raciais são retomados sem variações na continuação de *Casa-grande & senzala*. Comumente, como assinalado, são associados a explicações de cunho culturalista, economicista, etc., circunscrevendo claramente a visão dualista do sociológico: “Que reagiam contra essa dominação através do que um marxista chamaria ‘luta de classes’ e que a outros tem se afigurado ‘luta de raças’ ou de ‘culturas’ quando na realidade, em tal conflito, parece ter se exprimido a interpenetração de vários antagonismos e nunca um só.”⁸⁵

É clara a tentativa do autor de superação das contradições postas por suas interpretações, atra-

79 FREYRE. *Sobrados* [...], p. 542.

80 Id., ib., p. 362.

81 Id., ib., p. 361.

82 Id., ib., p. 361.

83 Id., ib., p. 155.

84 Id., ib., p. 366, 155.

85 Id., ib., p. 504.

vés de relativização e negação parcial do proposto. Outra característica de *Casa-Grande e Sobrados* é a contradição entre afirmações, não raro, no mesmo capítulo. Além da assinalada fragilidade analítica, o fenômeno parece dever-se à enorme ampliação do texto, das notas e da bibliografia empreendida quando das diversas reedições. Essa vacilação metodológica é patente no capítulo “A mulher e o homem”, que permite circunscrever, com maior precisão, a visão racista do autor.

Sobrados e mucambos foi escrito em meados de 1930, quando o voto feminino praticamente era desconhecido na América Latina. Nesses anos, vicejavam as teorias sobre a “hierarquia” ou “diferença” entre as “raças” humanas e, no interior delas, entre os “homens” e as “mulheres”. Surpreendentemente, a longa digressão de Freyre sobre a diferenciação de gênero dá-se inicialmente em sentido revolucionário, calcada em visão materialista extremada de construção histórico-cultural das diferenças de sexos, nascida da exploração e dominação masculina e patriarcal.

Freyre propõe sobre a questão: “À exploração da mulher pelo homem [...] convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos”⁸⁶. Assim sendo, as diferenciações físicas, para ele escassas nas sociedades primitivas, seriam sobretudo produto da cultura machista e patriarcal: “O domínio de um sexo pelo outro afasta-se dessa tendência, tão das sociedade primitivas, para a figura comum ou única da mulher-homem ou do homem-mulher e acentua de tal modo a diferença de físico entre os sexos [...]”⁸⁷ Para o sociólogo, não haveria dúvidas:

[...] a especialização de tipo físico e moral da mulher, em criatura franzina, neurótica, sensual [...] resulta, em grande parte, dos fatores econômicos, ou antes, sociais e culturais, que a comprimem, amolecem, alargam-lhes as ancas [...] para melhor ajustamento de sua figura aos interesses do sexo dominante e da sociedade organiza-

da sobre o domínio exclusivo de uma classe, de uma raça e de um sexo.⁸⁸

No mesmo capítulo, essa visão revolucionária é corrigida, abruptamente, para reafirmar e radicalizar, explicitamente, o negado, ou seja, a “divergência” e a “diversidade” culturais nascidas de especialidade natural dos sexos. Assim, após negar, o autor afirma natureza masculina, empreendedora, inovadora e criadora, ao lado de alma feminina, conservadora e sedentária, devido precisamente à especialização biológica.

A mulher conservadora

Para Freyre, não haveria dúvidas quanto à diferenciação psíquica e cultural nascida da diversa fisiologia humana masculina e feminina: “O fato cultural dessa divergência entre os sexos – um mais militante, outro mais estável – evidentemente se prende ao físico da mulher-mãe: mais sedentário [...]”⁸⁹ Portanto, o físico e a especialização natural ensejariam divergências de intelecto e de sensibilidade entre homens e mulheres.

Uma “diferença” também presente, conforme a “moderna” visão racista da época, entre as “raças”: “Que existem entre os sexos diferenças mentais de capacidade criadora e de predisposição para certas formas de atividade ou de sensibilidade, parece tão fora de dúvidas quanto existirem diferenças semelhantes entre as raças”⁹⁰ Idéias ainda vigentes no Brasil na visão de um “negro” naturalmente predisposto para a “música”, “dança”, “sexo”; de uma mulher dotada naturalmente para a “cozinha”, para as coisas do “lar”, para o cuidado das crianças, etc.

A conclusão peremptória sobre a “diferenciação” de raça e de sexo circunscreve plenamente a visão racista de Freyre que, como já era habitual na época, não propunha claramente hierarquia de raças e sexo, com raças superiores e inferiores, defendendo, principalmente, a existência de “di-

86 Id., ib., p. 93.

87 Id., ib., p. 97.

88 Id., ib., p. 103.

89 Id., ib., p. 106.

90 Id., ib., p. 128.

ferenças” naturais entre “raças” e “sexos”, o que dava, no final, no mesmo. Nessa especialização natural, as qualidades superiores cabiam, é claro, aos homens brancos, do norte europeu, sobretudo – capacidade de mando; pensamento lógico; etc. –, enquanto negros e índios teriam atributos variados, porém não tão excelentes. No caso dos negros, resistência ao trabalho, tendência à afetividade, etc. A mesma hierarquia diferencial ocorreria, segundo Freyre, entre homens e mulheres. Freyre pontifica sobre as diferenças naturais entre “raças” e “sexos”:

[...] nos inclinamos a acreditar em diferenças psíquicas entre as raças, do mesmo modo que entre os sexos, predispondo-os a especializações culturais que não implicariam necessariamente em superioridade ou inferioridade de inteligência. Mas nem todas as diferenças seriam removíveis pela standardização social ou cultural dos dois sexos e, se possível, das várias raças, se sua pureza biológica resistisse à miscigenação.⁹¹

Ou seja, ainda garantindo-se as mesmas condições de existência e formação, sempre se manteria a “diferença” tendencial relativa em favor dos brancos e dos homens.

Uma visão igualmente abraçada, nos anos 1920, com variações de ênfase, mas não de conteúdo, por Oliveira Vianna, o grande patriarca no Brasil do destrambelhado arianismo, intelectual do qual Freyre tenta, aqui e ali, em sua obra, dissociação circunstancial, já que, nos fatos, comungava com o mesmo no relativo aos pressupostos básicos da ciência racial. Sobre a especialização climática do europeu, Oliveira Vianna propunha em *Raça e assimilação*, clássico do racismo brasileiro, de 1932, e parte integrante da bibliografia inicial de *Casa-grande e Sobrados*: “Com efeito, em face das experiências colonizadoras da África, da Austrália e da América, os grupos formados por etnias de raça nórdica parecem revelar sensível

incompatibilidade com os climas de tipo tropical, principalmente os equatoriais”.⁹²

O Grande Pai Branco

Sobre as raças, propriamente ditas, Oliveira Vianna, na mesma obra, defendia: “Em face das revelações da ciência contemporânea, por que continuar a contestar que haja diferença no ponto de vista da mentalidade e do caráter entre o negro e o índio, entre esses dois tipos e os tipos brancos [...]”. Uma diferença defendida por Freyre, como acabamos de ver.⁹³

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre retoma igualmente a visão da determinação da fisiologia do homem pelo meio, e, daí, dos seus caracteres psíquicos, apresentada em *Casa-grande e senzala*. Como assinalamos, a proposta da “transmissão biológica de caracteres adquiridos”, base da teoria racista de Gobineau, propunha que as influências do clima, do solo, etc. sobre a fisiologia e a psique humana plasmassem os indivíduos e, através deles, terminassem por “afetar a raça”.⁹⁴ Ao falar na diferenciação regional da população do Brasil, propõe: “Tomaram também com o tempo essas raças, cores regionais diversas conforme as condições físicas da terra, de solo e de configuração de paisagem ou de clima e não apenas as culturais, de meio social.” Extremando e parodiando, qualquer coisa, como por viverem nas florestas, os povos do Norte terminaram mais verdes, enquanto os do Pantanal, mais aquosos!⁹⁵

Assim sendo, para além das “circunstâncias de formação social”, ocorreriam profundas “diferenças entre os sexos” e “entre as raças”, nascidas de “imposições biológicas”, comumente determinadas pelo meio, que apenas o “fanatismo feminista ou certa mística comunista-marxista” eram – segundo o sociólogo de Apipucus – capazes de “negar”.⁹⁶

91 Id., ib., p. 49.

92 Id., ib., p. 28.

93 Id., ib., p. 28.

94 FREYRE. *Casa-grande* [...], op. cit., p. 377.

95 FREYRE. *Sobrados* [...], op. cit., p. 353.

96 Id., ib., p. 103.

Uma visão geral histórica que Freyre sintetiza, na apresentação do senhor branco como o grande demiurgo da sociedade nacional:

No Brasil, essas duas tendências individualistas, de raça e de sexo, teriam se unido no homem patriarcal, criador ou organizador dos valores mais característicos de nossa diferenciação social ou nacional. Esse criador foi principalmente o colonizador branco ou apenas manchado [sic] de sangue ameríndio ou africano.⁹⁷

2.5 A agonia do patriarcalismo escravista

Freyre propôs em *Casa-grande & senzala* a aclimação lusitana do mundo ocidental aos trópicos, levantada com a ajuda da contribuição rústica, necessária e compulsória de americanos e africanos, geridos no contexto da forte transigência cultural, racial e sexual lusitana. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, esse processo teria ensejado a gênese e a consolidação da civilização patriarcal latifundiária e escravista brasileira, com epicentro verdadeiramente glorioso no Nordeste açucareiro. Essa civilização magnífica teria seu coração no mundo nordestino rural, em geral, e no engenho e na casa-grande, em especial, essa última descrita por Freyre, “em alguns pontos”, como “uma quase maravilha de acomodação” dos fortes antagonismos entre classes e raças, imprescindíveis ao projeto colonizador, para ele, necessariamente latifundiário e escravista.

O grande tema de *Sobrados e mucambos* é precisamente o início da dissolução da civilização dos grandes escravistas patriarcais, sobretudo nordestinos. Dissolução que, determinada pela “modernização” e “reuropeização” do Brasil, teria sua objetivação paradigmática na superação da “casa-grande”, epicentro do mundo familiar, cultural, econômico do patriarca rural, pelo “pobrado” do “burguês” urbano, o grande protagonista da segunda parte da trilogia do autor sobre a civilização brasileira.

Como veremos a seguir, Freyre situa o início dessa superação em data variável, nos fatos imprecisos, segundo o local em que teria se processado. Os momentos iniciais ocorreriam no século XVII, em Pernambuco, e na centúria seguinte, nas Minas Gerais. O autor propõe igualmente a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, e o fim do tráfico transatlântico de cativos em 1850, com importantes inflexões desse processo. As razões do fenômeno seriam igualmente variadas, não raro imprecisas e jamais exclusivamente determinantes. Entre elas, se destacariam a dissolução da autoridade do patriarca rural, diante do poder do Estado; do homem velho, diante do jovem; do homem, diante da mulher; do engenheiro, diante do bacharel; do cativo, diante da máquina; do branco, diante do mulato; do campo, diante da cidade.

A dissolução do patriarcalismo se materializaria sobretudo no deslocamento não apenas simbólico da casa-grande rural pelo sobrado urbano. E, para descrever esse processo, Freyre empreende, com base no estudo do sobrado senhorial, investigação que resultou em valiosíssima contribuição à história da vida urbana do Brasil escravista do século XIX. Apesar do caráter germinal desse estudo, por décadas, a historiografia brasileira prosseguiria fixada no mundo rural, exceção de uma plêiade de historiadores da arquitetura, – Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos, etc. – que retomaram com criatividade a lição do pernambucano.⁹⁸

Freyre não estabelece correspondência entre a crise do patriarcalismo e a crise da escravatura, questão não suficientemente tratada nem mesmo em *Ordem e progresso*, terceiro e tardio tomo da trilogia. Ao contrário, identifica esse momento escatológico da velha formação social brasileira normemente com a perda da hegemonia política, econômica e social dos grandes escravistas do

97 Id., ib., p. 103.

98 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500-1720*. São Paulo: Pioneira, 1968; *Quadro da arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987; LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Nobel, 1989; LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhos, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

Nordeste, em geral, e dos produtores de cana-de-açúcar, em especial.

A visão do sociólogo pernambucano é anti-moderna, saudosista, profundamente conservadora, na acepção plena da palavra. Para ela, a superação do patriarcalismo escravista não abriu caminho a um mundo novo, dinâmico e moderno, onde o trabalhador escravizado obteria conquista ontológica, ainda que relativa, isto é, a sua liberdade jurídica. Ao contrário, se trataria de percurso histórico tendencialmente decadentista, uma lenta e inexorável dissolução de mundo superior em sociedade inferior, com indiscutíveis perdas de qualidade principalmente no que diz respeito às relações sociais e interpessoais.

2.6 O paraíso escravista

Para alicerçar sua proposta de fim de mundo, Freyre empreende defesa praticamente incondicional da excelência e superioridade relativa das condições gerais de existência dos trabalhadores escravizados do mundo rural nordestino, apresentados como verdadeiros privilegiados, espécie de senhores de seus senhores. Leitura apolo-gética entrecortada por algumas poucas descrições de cunho realista que não chegam a matizar a sugestão de paraíso perdido.

Nesse sentido, ao falar do bom tratamento concedido pelos escravizadores a seus trabalhadores, deixa passar o reconhecimento que, esses “sentimentos, o senhor patriarcal no Brasil limitava-se a dispensá-los àqueles escravos ou servos que considerava uma espécie de pessoas de casa: mães-pretas, mucamas, malungos. [...] Pelos outros, sua indiferença era tal que confundia-se [sic] às vezes com crueldade”.⁹⁹ E, os outros, os trabalhadores produtivos, eram, como sabemos, a imensa maioria da população escravizada.

Como referido, especialmente a partir dos anos 1980, os grandes cenários e *démarches* meto-

dológicos dessa apresentação piedosa de Freyre do escravismo patriarcal, sobretudo nordestino, seriam retomados, potenciados, refinados e, normalmente, generalizados para a escravidão como um todo, particularmente pela historiografia norte-americana e brasileira especializada. A obra quase fantasiosa da historiadora greco-francesa Kátia de Queiroz Mattoso – *Ser escravo no Brasil* –, publicada inicialmente na França, constitui exemplo excelente dessa modernização do paraíso escravista de Freyre, onde os cativos são praticamente amos de seus amos; trabalham quase nada; vestem, moram e comem otimamente; praticam seus costumes sem travas; rebelam-se quase apenas por inadaptação psicológica e cultural à escravidão.¹⁰⁰

No cenário escravista que constrói, Freyre concede que alguns cativos trabalhassem duro e fossem mal vestidos, alojados e alimentados. Segundo ele, os proprietários mais pobres de “engenhocas” “procuravam tirar todo o proveito do seu capital-homem. Daí fazendas onde os senhores davam apenas aos escravos feijão cozido com angu, um bocado de toucinho, jerimum ou abóbora cozida [...]”.¹⁰¹ Porém, esse casos seriam exceções que comprovariam o bom tratamento recebido nos grandes engenhos. O autor explica que, diante das duras condições de existência nas pequenas propriedades, “por sua própria vontade, e não seduzidos por ninguém”, os cativos super-explorados deixavam “os donos de engenhoca, que os esgotavam de trabalho, as viúvas doceiras que tendo um escravo só, faziam-no trabalhar por três, as padarias onde o trabalho era longo e duro”.

Entretanto, fugiam de seus escravizadores, não para procurar abrigo nas matas, como quilombolas, ou nas cidades, como falsos libertos, explica o sociólogo. Ao contrário, partiam à procura do éden escravista, com localização conhecida nos “engenhos grandes com a fama de paternalmente bons [...], engenhos com muito negro,

99 FREYRE. *Sobrados* [...], p. 494.

100 Cf. MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

101 FREYRE. *Sobrados* [...], p. 178.

às vezes fartura de mandioca e de milho, cachaça cheirosa, noites de se sambar até de manhã.”¹⁰²

Registre-se que, apesar de indicar as pequenas unidades produtivas como espaço de exploração economicamente despótica dos cativos pelos senhores, super-exploração quase necessária devido à baixa acumulação propiciada, Freyre aponta igualmente em outra direção, propondo que os proprietários de pequenas posses eram comumente seres hiper-humanos, de comportamento superpatriarcalis.

Vidinha pra lá de boa!

Em certos casos, tal comportamento devia-se à grande proximidade entre escravista e escravizados. Nesse sentido, reafirma a proposta que: “Os escravos também são mais bem tratados nas pequenas fazendas do que nas grandes, porque os trabalhos em comum, a mesma alimentação, os mesmos divertimentos fazem desaparecer quase toda diferença entre escravo e senhores.”¹⁰³ O que sugeriria, no contexto das propostas do autor, que os cativos fugissem das grandes propriedades para as pequenas.

Em outras situações, o hiperpatriarcalismo nasceria de auto-afirmação psicológica do “senhor pobre” que, incapaz de dar carne-seca ao negro, lhe daria afagos! “A última capacidade faltava ao senhor pobre, cuja afirmação de poder patriarcal sob a forma de padrinho extremava-se, às vezes, segundo a tradição oral, em ternuras verdadeiramente paternas, das quais decorria crescer o afilhado escravo em situação cultural quase igual à dos filhos [...]”¹⁰⁴

Freyre é também claro na sua proposta sobre a excelência da moradia dos cativos no escravismo nordestino, tese igualmente retomada pela

historiografia contemporânea da escravidão. Em “pedra e cal”, a “habitação” era “protetora”, “embora com característicos [sic] de prisão”. As “senzalas de engenho”, comumente “casas de pedra e cal, com janela e alpendre”, seriam “superiores” às próprias “habitações de trabalhadores rurais na França!”, propõe o sociólogo.¹⁰⁵

A alimentação era simplesmente “farta”, “embora com aparência rude”.¹⁰⁶ Mesmo que pudesse “ser sempre a mesma ou variar pouco”, “não faltava nunca”, como não faltavam também nunca, nem mel de furo, nem cachaça.”¹⁰⁷ Visão levada ao paroxismo por Kátia Mattoso, décadas mais tarde: “[...] o trivial do escravo continha farinha de mandioca, milho, carne-seca, caça, frutas locais (banana, laranja, limão, mamão) e melão. Próximo à costa ou aos rios, os escravos pescavam peixes e crustáceos.”¹⁰⁸

Segundo Freyre, o cativo teria sido, “de modo geral, elemento melhor nutrido que o negro ou mestiço livre e que o branco pobre de mucambo ou palhoça do interior ou das cidades”.¹⁰⁹ Uma proposta que não explica por que os cativos fugiam continuamente dos grandes e pequenos engenhos e, sobretudo, por que os homens livres não iam de joelhos pedir para serem escravizados nesses centros escravistas de mesa farta e rica.

Para Freyre, devido aos hábitos alimentares de origem africana, o cativo das senzalas e dos sobrados e o próprio “negro de mucambo menos desafricanizado”, eram, também “de modo geral”, “melhor nutrido que o branco da casa senhorial” que, segundo essa interpretação paradoxal, deveria escapar cada noite da casa-grande para tentar arranjar uma boca-livre com seus cativos nas senzalas!¹¹⁰ O autor generaliza suas afirmações fantasiosas, não deixando assim dúvidas

102 Id., ib., p. 51.

103 Id., ib., p. 287.

104 Id., ib., p. 288.

105 Id., ib., p. 179.

106 Id., ib., p. 282.

107 Id., ib., p. 179.

108 MATTOSO. *Ser escravo* [...], op. cit., p. 118-9.

109 FREYRE. *Sobrados* [...], op. cit., p. 283.

110 Loc.cit.

sobre o proposto: “[...] autoriza-nos a generalizar ter sido o escravo de casa-grande ou sobrado grande, de todos os elementos da sociedade patriarcal brasileira, o mais bem nutrido. Nutrido com feijão e toucinho; com milho ou angu; com pirão de mandioca [...]”¹¹¹ Definitivamente, uma vida de deixar o negro gordo, enfiado, e o branco com água na boca, faminto!

A proteção acordada ao cativo pelo senhor referia-se ao “corpo”, à “saúde” e, logicamente à “psique”, já que o senhor patriarcal da casa-grande e do sobrado praticaria igualmente uma larga “tolerância para seus ritos, costumes e hábitos” – sempre de acordo com Freyre.¹¹²

Gordo e feliz

Nesse contexto geral, não é de se admirar que o trabalhador escravizado fosse homem feliz: “O negro com quem Saint-Hilaire conversou em Minas Gerais, e que confessou [...] estar satisfeito com sua vida de escravo, parece que deve ser considerado limpidamente representativo ou típico dos escravos de sua época, isto é, tratados paternalmente pelos senhores.”¹¹³

E, para quem ficasse com dúvida, Freyre volta à carga, agora no que se refere ao cativo africano, no mínimo saudoso de sua terra e sua gente deixados no além-mar: “São várias as evidências de que o escravo africano ou descendente de africano, no Brasil, sempre que tratado paternalmente por senhor cuja superioridade social e de cultura ele reconhecesse, foi indivíduo mais ou menos conformado com seu *status*.”¹¹⁴

Para Freyre, o cativo se rebelaria apenas quando se quebrava o *pacto* ou *acordo* implícito estabelecido entre ele e o proprietário. “Quando os brancos fracassavam como pais sociais de seus escravos negros para os tratarem como simples

animais de almanjarra, de eito ou de tração [...], é que muitos dos negros os renegavam.”¹¹⁵ No contexto dessa escravidão feliz, a frustração e revolta do cativo seria fato singular, devido à ruptura das práticas gerais paternalistas. “À despersonalização das relações entre senhores e escravos é que principalmente se deve atribuir a insatisfação da maioria dos africanos ou descendentes de africanos, no Brasil, com o seu estado de escravos ou de servos.”¹¹⁶

Seriam esses cativos do mundo patriarcal, “evidentemente a maioria da população escrava da época colonial e dos primeiros decênios do Império”, “que impressionaram os observadores estrangeiros mais penetrantes e mais objetivos nos seus reparos sobre condições de vida e de alimentação” que teriam parecido a muitos deles “superiores às dos operários ou camponeses europeus e livres” da época.¹¹⁷ Assim sendo, a decadência da sociedade escravista patriarcal, substituída a seguir por *escravidão industrial*, e após pelo trabalho livre, constituiria hecatombe de civilização não apenas para os amos, mas sobretudo para seus trabalhadores feitorizados, considerando-se as excepcionais condições de existência conhecidas pelos últimos à sombra das paternas senzalas e dos cheirosos canaviais.

Ao se afastar o cativo de seu senhor; ao impor-se a usina sobre o engenho; ao perder o canavial a primazia para o eito do café, do algodão, do arroz, etc., os cativos começaram a conhecer exploração, não raro desapiedada, comandada por “homens ávidos de fortuna rápida; e nem sempre por senhores de antigo feito patriarcal”.¹¹⁸ Nesse novo contexto, nas cidades e nas fazendas escravistas do Sudeste, “os extremos – senhor e escravo – que outrora formavam uma só estrutura econômica ou social, comple-

111 Id., ib., p. 285.

112 Loc.cit.

113 Id., ib., p. 524.

114 Id., ib., p. 524.

115 Id., ib., p. 523.

116 Id., ib., p. 523, 525.

117 Id., ib., p. 283.

118 Id., ib., p. 525.

tando-se em algumas de suas necessidades e em vários dos seus interesses, tornaram-se metades antagônicas ou, pelo menos, indiferentes umas ao destino das outras”.

O grande desastre

Uma degradação social e existencial que atingiria, sempre segundo o sociólogo pernambucano, sua maior exacerbação, quando da Abolição. Então, os antigos cativos, agora “trabalhadores livres”, passaram a penar, sobretudo nas cidades, “quase sem remédio, sem assistência e sem amparo das casas-grandes”.¹¹⁹ Então, nesse novo mundo sem a escravidão, muito “ex-escravo”, “degradado [sic] pela liberdade e pelas condições de vida no meio urbano, tornou-se malandro de cais, capoeira, ladrão, prostituta e até assassino. O terror da burguesia dos sobrados.”¹²⁰ Uma decadência que se projetou igualmente sobre a vida cultural e a independência pessoal do homem e da mulher “degradados” de escravos à situação de homens livres.

Se nos “séculos anteriores, houvera, talvez, mais prudência, maior sabedoria, mais agudo senso de contemporização da parte das autoridades civis [...] e dos grandes senhores patriarcais, com relação a culturas e a populações consideradas por eles inferiores”, agora o negro e a negra livres encontravam-se nas cidades, sem a proteção da casa-grande e do sobrado, sob a autoridade despótica e insensível do Estado.¹²¹

Bebendo à exaustão e com gosto o cálice da apologia, Freyre transcreveu, em linguagem sociológica e narrativa histórica, com imenso virtuosismo e cabotinismo, as visões de mundo dos escravistas nordestinos, para os quais os cativos viviam como privilegiados e a Abolição fora, para todos, um grande roubo e uma grande perda, tese

já esboçada, igualmente, em *Casa-grande & senzala*, no qual, Freyre já propusera que tamanho fora o equilíbrio social e racial da sociedade patriarcal que, em emocionado elogio aos escravistas, definiu a Abolição como uma verdadeira agressão ao cativo: “[...] desfeito [...] o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social.”¹²²

Portanto, após 1888, privado da proteção patriarcal da *Casa-grande*, garantida pelo escravizador que o agasalhara, alimentara e protegera fartamente, o negro cativo viu-se reduzido para todo o sempre à mesma condição terrível conhecida pelos irmãos negros e mestiços, “infelizmente” livres. “[...] só depois do descalabro da abolição”, os cativos conheceram a situação de miséria da população livre pobre, que se estendeu “com igual intensidade aos negros e pardos já agora desamparados da assistência patriarcal das casas-grandes e privados do regime alimentar das senzalas.”¹²³

Em *Sobrados e mucambos*, talvez inconscientemente, o sociólogo registra e comenta, um pouco perplexo, o estudo em que escravista norte-americano, em 1829, sistematizara sociologicamente a tese de que a escravidão seria necessária e positiva para escravizadores e escravizados: “Parecia-lhe o sistema escravocrático, quando patriarcal, não só necessário como vantajoso para senhores e escravos, sempre que soubessem se entender e se completar [...]”¹²⁴ Era como se, olhando através dos tempos, se deparasse, um pouco confuso, um pouco assustado, um pouco maravilhado, consigo mesmo, pensando, propondo e defendendo, em plena escravidão, a ordem e o mundo que tanto amou, sem jamais ter alcançado conhecê-lo em primeira pessoa.

119 Id., ib., p. 153.

120 Id., ib., p. 179.

121 Id., ib., p. 390.

122 FREYRE. *Casa-grande* [...], op. cit., p. 51.

123 Id. *Casa-grande* [...], op. cit., p. 109.

124 Idem. *Sobrados* [...], op. cit., p. 524.

2.7 Sobrados e mucambos: o fim de uma era

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre propõe-se a descrever uma lenta crise do poder do patriarca rural, segundo ele, superado, no contexto da nova sociedade urbana, pelo burguês citadino. “O drama da desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto, do *pater familias* rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida.”¹²⁵ Porém, é muito vacilante sua periodização desse processo que, para ele, se realizaria em ritmos e tempos diversos, através das diversas regiões do Brasil escravista, não raro com avanços e retrocessos, como já assinalado.

Segundo o sociólogo, o processo iniciara já em “fins do século XVIII”, nas “áreas mais europeizadas” do Brasil, onde ocorreria uma “considerável invasão das atividades industriais e até mercantis por gente nobre mais afoita em desembaraçar-se do preconceito ruralista”.¹²⁶ A “reeuropeização” se manifestaria “na área mineira do século XVIII, para, na primeira metade do século XIX, fazer-se sentir principalmente no Rio de Janeiro, em Salvador, em São Luiz, em São Paulo e novamente no Recife”.¹²⁷ Por muito tempo, a Bahia teria escapado a essa influência. “Não tendo Salvador, nos fins do século XVIII e nos começos do XIX, se industrializado na sua economia e se mecanizado nas suas indústrias com a mesma rapidez de São Luís do Maranhão, conservou sua aristocracia de sobrado um sentido de vida patriarcal [...]”¹²⁸

Uma “das mais ostensivas alterações na organização social do País, desde a chegada ao Rio de Janeiro de D. João” fora “precisamente o declínio do poder patriarcal familiar, como que

substituído nas cidades pelo poder superpatriarcal [...] – não só do Bispo como do Regente, do Rei e, afinal, do Imperador. Ou do Estado [...]”¹²⁹ Modificações que penetrariam no seio da organização da família senhorial brasileira, determinando seu modo de viver: “Depois da chegada do Príncipe Regente, foi a casa urbana, o sobrado burguês, que sofreu europeização mais rápida e nem sempre no melhor sentido”.¹³⁰

A nova tendência, que se aceleraria, segundo Freyre, nos inícios do século XIX, teria deslocado o poder político e econômico para os novos senhores: “[...] toda força econômica do Império estava passando de novo a mãos de portugueses, agora sob a forma de trapicheiros e de outras figuras de comerciantes [...]”¹³¹ Uma hegemonia em consolidação que se apoiava igualmente no crescente prestígio político e ideológico das classes urbanas e burguesas ascendentes: “[...] começos do século XIX – era na própria imprensa brasileira que se esboçava a glorificação da figura do comerciante, da do industrial, da do artista [...]”¹³² Essa transição devera-se à “compressão do patriarcado rural por um conjunto poderoso de circunstâncias desfavoráveis à conservação do seu caráter latifundiário e, sociologicamente, feudal, fez que ele, contido ou comprimido no espaço físico como no social, se despedaçasse aos poucos”. Esse “declínio do patriarcado”, “primeiro do rural, [...] mais rígido, e [...] mais característico; depois do semi-rural, semi-urbano, urbano”, teria originado formas “particularistas, ou individualistas, de organização de família, de economia, de cultura”, abrindo maior espaço para os “súditos” e os “cidadãos”, “outrora quase ausentes”.¹³³

Com o eclipse do *pater familias*, conheceríamos a objetivação e subjetivação de novos segmentos

125 Id., ib., p. 19.

126 Id., ib., p. 281.

127 Id., ib., p. 302.

128 Id., ib., p. 289.

129 Id., ib., p. 305.

130 Id., ib., p. 208.

131 Id., ib., p. 268.

132 Id., ib., p. 275.

133 Id., ib., p. 355.

sociais – o menino, o jovem, a mulher, o operário, o intelectual, etc. – facilitado pela emergência de “outras figuras de homem

[...]: o médico, [...]; o mestre-régio; o diretor de colégio; o presidente de província; o chefe de política; o juiz, [...].”¹³⁴ “[...] a figura da mulher foi, por sua vez, libertando-se da excessiva autoridade patriarcal, e, com o filho e o escravo, elevando-se juridicamente e moralmente.”¹³⁵

Também decadência

A ascensão de novos protagonistas que, segundo Freyre, não era necessariamente signo de progresso: “[...] período de diferenciação profunda –, menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário: e mais individualismo – da mulher, do menino, do negro – ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada.”¹³⁶ Uma superação do patriarca rural e também de geração, apoiada pelo próprio Pedro II, devido a sua “política de urbanização e de centralização, de ordem e de paz, de tolerância e de justiça”.¹³⁷ “Com a ascensão social e política desses homens de vinte e trinta anos, foi diminuindo o respeito pela velhice, que até os princípios do século XIX fora um culto quase religioso [...]”.¹³⁸

Para o sociólogo, o ocaso do patriarca rural seria sobretudo o momento da radicalização das oposições de classe e raça: “[...] nas principais áreas do País, a primeira metade do século XIX, aguçou-se, entre nós, o processo, já antigo, de opressão não só de escravos ou servos por senhores, como de pobres por ricos, de africanos e indígenas por portadores exclusivistas de cultura européia [...]”.¹³⁹ Nesse novo

contexto, “o sistema casa-grande-senzala” partiu-se, “quase pelo meio”, ensejando que se radicalizassem e se extremassem “os antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou cultura indígena”, “outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos ou das fazendas e estâncias latifundiárias”, tudo segundo Freyre.¹⁴⁰

Um dos principais vetores dessa “revolução” seria o maquinismo. Freyre fala de “máquinas” “enchendo as cidades”, numa “inundação medonha” que reduziria “o sistema patriarcal brasileiro, baseado antes sobre o trabalho humano que sobre o animal, a restos de naufrágio”. Nesse novo mundo tecnológico, os “novos sistemas de família e de sociedade teriam de basear-se sobre a mecânica, sobre o carvão, sobre o cavalo a vapor”.¹⁴¹

Uma hecatombe que se teria dado sob os olhos de todos. “Nunca uma revolução se fez mais escandalosamente à vista de todo o mundo do que essa, no Brasil da primeira metade do século XIX. São jornais, os dos primeiros decênios do século XIX, cujos anúncios fazem tremer nas bases todo o sistema escravocrático e patriarcal [...]”. Eram máquinas que vinham revolucionar as cidades e os campos, anunciando o fim da antiga ordem, já que diminuía “a importância tanto do escravo como do senhor. Tanto do proprietário branco como do servo negro”.¹⁴²

Uma máquina que, no campo, seria a algazoula do trabalhador escravizado, reunindo agora centenas de cativos em imensas unidades produtivas onde a nova dimensão das explorações tornava o produtor escravizado verdadeiro desconhecido daquele que fora por séculos seu proprietário, pai sociológico e protetor – propõe Freyre.

134 Id., ib., p. 122.

135 Id., ib., p. 122.

136 Id., ib., p. 22.

137 Id., ib., p. 82.

138 Id., ib., p. 87.

139 Id., ib., p. 389.

140 Id., ib., p. 153.

141 Id., ib., p. 491.

142 Id., ib., p. 534.

Porém, a mesma máquina chegava à cidade e ao campo, para emancipar o cativo do trabalho pesado, abrindo-lhe, sobretudo quando mulato e livre, novos espaços de promoção como trabalhador especializado. As máquinas teriam permitido a “negros e mulatos livres” participarem da “revolução técnica” dos inícios do XIX, como “oportunidades de se elevarem socialmente”.¹⁴³

Novos protagonistas

A nova individualização das categorias sociais, afastadas geográfica e socialmente da proteção da casa-grande, determinava que as contradições de raça e de classe não sofressem mais a branda solução dos velhos patriarcas. “A casa-grande, completada pela senzala, representou, entre nós, verdadeira maravilha de acomodação que o antagonismo entre o sobrado e o mucambo veio quebrar ou perturbar”.¹⁴⁴

Porém, também agora, no novo contexto, certamente em forma menos completa e perfeita, as tensões de raça e de classe eram novamente “amaciadas” devido à tendência à transigência sexual, racial e cultural, não mais do português, mas de seu descendente sociológico e biológico, o brasileiro branco das elites. Processo registrado na ascensão político-social do mulato, em geral, e do mulato bacharel, em especial, registro vivo para Freyre de transigência já constitutiva da essência da formação brasileira.

[...] ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos [...]. E a miscigenação, tão grande nas cidades como nas fazendas, amaciou, a seu modo, antagonismos entre os extremos.¹⁴⁵

Desde os últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo em elementos de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que

isso, pelo que os sociólogos modernos chamam acomodação, entre os dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo.¹⁴⁶

Uma integração que ensejaria igualmente transferência de poder, dos segmentos brancos rurais, para os mestiços urbanos, não raro pelo casamento permitido pelo crescente prestígio do título ou função. “[...] a transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor às vezes mulatos – como para o militar – o bacharel da Escola Militar e da Politécnica, em vários casos, negróide.”¹⁴⁷

A apresentação sociológica de Freyre da agonia do patriarcalismo e gênese da nova ordem burguesa e urbana é um verdadeiro castelo de cartas que não rege qualquer movimento crítico. Seu caráter arbitrário explicita-se facilmente na necessidade do sociólogo de manipular, sem qualquer rigor, as categorias sociais que utiliza, de forma profundamente não unívoca, segundo as necessidades da narrativa.

A confusão conceitual do autor sobre o caráter da antiga formação social brasileira é quase hilária: “Em suas formas a organização brasileira foi predominantemente *feudal* – embora um tanto *capitalista* desde o início [...]” “Dentro de uma sociedade *patriarcal* e até *feudal*, [...], como foi o Brasil durante o tempo quase inteiro da *escravidão* [...]”¹⁴⁸ Portanto, o Brasil seria, ao mesmo tempo, escravista, patriarcal, feudal e capitalista.

A crise do poder da oligarquia agrária é afirmação vazia de conteúdo. Através do século XIX, e muito além da própria República Velha, o senhor de terras, sobretudo nordestino, manteve seu poder absoluto, no mínimo sobre suas imensas fazendas. Até a década de 1930, não feneceu, mas fortaleceu-se o império político, social e econômico do campo sobre a cidade. O bacharel de

143 Id., ib., p. 529.

144 Id., ib., p. 573.

145 Id., ib., p. 153.

146 Id., ib., p. 586.

147 Id., ib., p. 585.

148 Id., ib., p. 353. Destacamos.

cartola foi apenas e principalmente um “preposto cidadão” dos “proprietários rurais”.

Apenas a ligeireza categorial de Freyre permite tratar de burgueses homens que viviam nas cidades, dependentes da produção rural e do trabalho escravizado. “Grande parte da riqueza patriarcal e já burguesa do Rio de Janeiro como de Salvador, do Recife ou de São Luís do Maranhão estava [...] nesses escravos de ganho, alugados pelos seus senhores como se fossem cavalos de carro ou bestas de transporte.”¹⁴⁹ A mesma ligeireza que permite definir como capitalistas, ao modo do século XIX, a comerciantes, rentistas, usurários, etc., por apenas deterem capital monetário.

A revolução que não houve

A proposta de Freyre da invasão das cidades e campos pela maquinaria é outra elucubração radicalmente fantasiosa. As cidades do Brasil até quase a Abolição primaram pela profunda rusticidade, no que se refere aos meios de transportes; ao saneamento; à iluminação; ao abastecimento; etc., que dependeram, como o autor demonstra genialmente, essencialmente do braço escravizado.

O primeiro grande movimento de modernização urbana no Brasil deveu-se precisamente à exigência da transferência dos cativos urbanos para as fazendas cafeicultoras do Centro-Sul, uma outra clara comprovação da dominância, nessa época, do campo sobre a cidade, ao contrário do proposto pelo autor.¹⁵⁰

Um processo que Freyre apontou como carregado de conteúdo renovador, quase socialmente revolucionário: “Era o desaparecimento do

chafariz, da água carregada por escravo, do excremento conduzido por negro, das ruas iluminadas a azeite, [...]. Toda uma revolução técnica que assumiria aspectos de renovação não só da economia como da organização social e da cultura brasileira.”¹⁵¹

Por outro lado, é bom lembrar que as fontes e praticamente toda a historiografia da escravidão registraram a singular dureza das condições de trabalho nos engenhos açucareiros, desde os inícios de sua instalação, em boa parte por questões técnicas, na época incontornáveis. O que determinou que as condições gerais de existência do trabalhador escravizado nos cafezais do Centro-Sul, melhorassem relativamente, e não decaíssem, no século XIX, em relação às explorações açucareiras daquela e das centúrias anteriores.¹⁵²

São várias as razões da melhoria relativa das condições de existência dos cativos nos cafezais, no século XIX, em relação à produção açucareira: um trabalho objetivamente menos penoso; o encarecimento do preço do cativo; a “ladinização” da população escravizada; o desenvolvimento do mercado livre de trabalho; o crescimento do movimento abolicionista; o maior desenvolvimento das forças produtivas materiais, etc. A decadência das condições de existência no “escravismo industrial” do Centro-Sul constitui afirmação sem qualquer base historiográfica.

No mesmo sentido, além mesmo do início do século XX, a produção rural brasileira foi dominada essencialmente pelo braço do produtor direto, escravizado e a seguir livre, desempenhando o maquinismo um papel muito secundário na produção rural brasileira. Em todos os sentidos,

149 Id., ib., p. 501.

150 Cf. STEIN, Stanley J. *A grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961; CONRAD. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília-INL, 1975; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982; MAESTRI, Mário. *O Cativo e o sobrado: arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

151 FREYRE. *Sobrados* [...], p. 541.

152 Cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1988; MAESTRI Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

como a “escravidão industrial”, a “revolução industrial” brasileira dos séculos XVIII, XIX e inícios do XX proposta por Freyre não possui correspondência nos sucessos históricos.

A indigência do autor no relativo à história econômica registra-se igualmente na confusa explicação das razões da introdução da máquina, para ele nascida da vontade de poupar, não o “trabalho” – e seu custo –, mas o “esforço” humano e animal, a partir de movimento de consciência moral. “Do desenvolvimento da máquina não se consegue separar, como desprezível ou insignificante, o motivo moral ou o estímulo sentimental, de acordo com a pretensão daqueles materialistas históricos mais rígidos na sua ‘interpretação econômica’ da História”.¹⁵³ Portanto, para ele, a máquina surgiria no Brasil para minorar o

sofrimento do trabalhador escravizado e do ... animal de tração! “Com o começo de generalização do uso da máquina é que verdadeiramente principiou a liberação do negro, da escravidão e da servidão; e se tornou possível a valorização do animal, por longo tempo explorado entre nós com uma crueldade que chegou a impressionar mal os estrangeiros mais benevolentes [...]”.¹⁵⁴

Encerrado nessa visão, Freyre chega a propor que o “trote inglês”, para ele nascido do impulso moral para poupar as montarias, seria um dos precursores da revolução industrial! “De modo que no ‘trote inglês’ [...] o primeiro passo de estímulo moral ou sentimental [...] para a invenção de máquinas destinadas à substituição ou à superação do cavalo e, à sombra do cavalo, do burro, da mula [...]”.

153 FREYRE. *Sobrados* [...], op. cit., p. 490.

154 Id., ib., p. 490.